

---

# Os Arquivos dos Santuários Marianos Portugueses Nossa Senhora de Nazaré 1608-1875

PEDRO PENTEADO

Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

**A** TÉ à década de 60 a maior parte dos estudos históricos sobre os santuários marianos portugueses destacava a grandeza do culto e da devoção popular a Nossa Senhora<sup>1</sup>. Os seus autores, frequentemente inseridos na carreira eclesiástica ou com grandes ligações à Igreja, davam particular importância às lendas de origem dos santuários, aos milagres, às peregrinações, às festas e ainda ao esplendor arquitectónico e artístico dos templos da Virgem. Mas a corrente de produção bibliográfica de temática mariana compreendia ainda um conjunto de obras empenhadas em contrariar os «argumentos devocionais», demonstrando que as peregrinações festivas e o culto nos santuários não passavam de superstições e/ou falsidades, frequentemente promovidas pela Igreja Católica. Numa aprecia-

ção global pode-se defender a ideia que ambas as correntes não necessitaram de utilizar sistemática e intensivamente a documentação dos arquivos dos santuários para comprovarem as respectivas posições historiográficas e ideológicas.

Foi o desenrolar da problemática teológica no sentido de compreender as variadas formas de vivência do catolicismo, e sobretudo a Conferência de Medellín em 1968, que permitiram constatar a necessidade de pesquisar as razões sociais, antropológicas e históricas que explicavam a diferente valorização das práticas religiosas no interior da Igreja, nomeadamente as peregrinações. Em vários países, os investigadores das Ciências Sociais, cada vez mais sensíveis a entender «a religiosidade como uma expressão humana intrínseca», procuraram responder a este

desafio. Em França, por exemplo, vários historiadores, conscientes da interligação entre o comportamento religioso e a sociedade onde ele se desenrola, comprovaram que o estudo das devoções populares não poderia fazer-se sem uma investigação interdisciplinar, assente em novos conceitos (por exemplo, o tempo longo) e no recurso a fontes e métodos diversificados<sup>2</sup>. Em Portugal, só a partir de meados da década de 70 o catolicismo popular começou a ser reflectido no interior da Igreja e a ser objecto de estudos sócio-religiosos, incluindo a problemática dos santuários<sup>3</sup>. No final da década de 80 esta tinha já penetrado nos ambientes universitários.

Em termos documentais, as inovações metodológicas no estudo histórico dos centros de peregrinação obrigaram a um maior conhecimento dos fundos arquivísticos, para além de uma renovação da perspectiva de análise das fontes já divulgadas (crónicas, memórias eclesiásticas, livros de milagres, descrições dos tesouros marianos, documentos régios, etc).

### **Os Arquivos e a Construção da Memória: uma (Re)introdução à História do Santuário de Nossa Senhora de Nazaré**

A maior parte dos investigadores está hoje consciente que a visão do passado dos santuários depende,

entre outros factores, da qualidade do património arquivístico que lhes foi deixado. Atendendo a essa constatação, uma das questões fundamentais consiste em saber como foram construídos e organizados os testemunhos escritos referentes aos centros de peregrinação e quais as motivações que estiveram na origem da conservação dessa memória. A resposta a estas interrogações será tanto mais profícua quanto maior for a confluência dos contributos da Arquivística e da História. Nesta linha de trabalho, o presente artigo procura analisar, a partir do exemplo do santuário de Nossa Senhora de Nazaré, no Sítio (Nazaré), os processos de destruição e reelaboração da memória arquivística, bem como as diferentes fases da sua estruturação.

Recentemente, num outro estudo<sup>4</sup>, apurámos que, no final do século XVI, o cronista alcobacense Frei Bernardo de Brito tinha procedido a uma reformulação da memória histórica do santuário do Sítio, nomeadamente através da associação da Senhora ao milagre do cavaleiro D. Fuas Roupinho no século XII, facto antes desconhecido. O cisterciense baseava-se num pressuposto documento de doação que teria descoberto no cartório do seu Mosteiro. Nesse trabalho, constatámos ainda que a crescente aceitação e implantação dessa visão do passado, promovida, entre outros, pela Confraria da Senhora de Nazaré e pelos oficiais ao serviço da Coroa, não obsteu a que ela fosse

contestada a partir do segundo quartel do século XVII pelos representantes do Mosteiro de Alcobaça, que defendiam o princípio que a história medieval do Santuário tinha sido diferente da versão apresentada por Frei Bernardo de Brito. O que é que estaria por detrás desta confrontação de memórias históricas e qual o papel dos arquivos, sobretudo o da Confraria, na fundamentação de cada uma delas? Procuremos, por agora, responder apenas à primeira questão.

Até ao século XV, a apresentação do ermitão da pequena igreja de Santa Maria de Nazaré pertencia ao abade de Alcobaça. O culto era presidido pelos padres da Igreja Matriz da Pederneira, cujo vigário era escolhido pelo mesmo senhor, donatário das vilas dos coutos do Mosteiro<sup>5</sup>. A Confraria da Senhora tinha um importante papel na administração do património do Santuário, que procurava retirar ao controlo dos padres da Pederneira. Com o aparecimento dos comendatários à frente do Mosteiro de Alcobaça, em 1475, e o relativo isolamento dos eclesiásticos da Matriz, nos conflitos que manteve com estes, a Confraria apostou na procura da protecção da Coroa, como forma de atingir o domínio do santuário do Sítio. Esse facto tornou-a cada vez mais dependente da intervenção dos oficiais régios. É neste contexto que surge a divulgação da doação de D. Fuas à Igreja de Santa Maria de Nazaré, pelo cro-

nista cisterciense, que justificava a tese de que o território do Santuário estivera fora da alçada alcobacense logo desde o século XII. Para além disso, a difusão do documento contribuiu para o aumento da afluência de romeiros, do número de milagres atribuídos à Imagem de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> de Nazaré, do povoamento do Sítio e dos réditos do Santuário. Os responsáveis da Confraria nos inícios de Seiscentos, nomeadamente o seu primeiro administrador, o P.<sup>e</sup> Manuel de Brito Alão, nomeado pelo Rei em 1608, souberam aproveitar este auxílio do cronista e conseguir da Coroa a sua protecção para a Casa da Senhora de Nazaré<sup>6</sup>. Foi deste modo que, em 1616, surgiu o primeiro regimento da instituição, que definia a jurisdição régia e a da Confraria/Casa da Senhora sobre o Sítio.

### O Desaparecimento de Documentos

Nos inícios da centúria de Seiscentos, no arquivo da Casa existiam vários documentos que podiam ajudar a comprovar a protecção dos monarcas portugueses e a intervenção dos seus representantes nos assuntos do Santuário, desde o final do século XV. A maior parte deles foram trasladados e desapareceram sem que tenhamos hoje oportunidade de confrontá-los com os seus originais.

Dos manuscritos mais antigos, comprometedores para a nova situa-

ção jurisdicional, não possuímos nenhum vestígio. O próprio administrador P.<sup>o</sup> Brito Alão confessa que alguns dos livros antigos do cartório «se leuarão»<sup>7</sup>, sem nos indicar qualquer outra pista de investigação.

Durante o período em que este eclesiástico se manteve à frente dos destinos da instituição, o cartório, que se encontrava fechado, na sacristia, atrás do altar-mor, continha, em primeiro lugar, o traslado da doação de D. Fuas, publicado por Frei Bernardo de Brito na *Monarquia Lusitana*<sup>8</sup>. Além dele, possuía a «Bulla do Summo Pontifice Eugenio III, passada a instância del Rey Dom Fernando, & sentenças [...]», várias bulas de perdões, o antigo compromisso da Confraria<sup>9</sup>, cartas e provisões régias, nomeadamente do rei D. Manuel, cartas de particulares e escrituras dos recentes aforamentos realizados em redor do Santuário.

Na época existiam ainda outros manuscritos importantes que fizeram parte do espólio da Confraria até, pelo menos, 1617, altura em que se iniciou a sua tresladação para o *Livro dos registos de regimentos, provisoens e mais sentenças pertencentes a Confraria de Nossa Snora de Nazareth*<sup>10</sup>. Um desses documentos constitui actualmente a primeira referência conhecida à Confraria de Santa Maria de Nazaré. Trata-se da doação de um casal a Nossa Senhora, na Serra da Pescaria, nos arredores da Pederneira, datada de 1446. No manuscrito, a viúva Aldonça Vicente, da

«costa do espital dos palmeiros», em Lisboa, «olhando ao serviço de Deus e salvaçom de sua alma», doava o casal à Confraria, «com comdiçam que nenhum clerigo [...] nem senhorio allgum a que a dita ermida de ssanta maria de Nazaret seja sofraganha nam ajão nada de veer em o dito casal salvo os mordomos e comfradas e comfrades»<sup>11</sup>. A cláusula pretendia excluir da posse da doação os clérigos da Igreja Paroquial da Pederneira e o Mosteiro de Alcobaça. O livro reunia ainda, entre outros, os treslados da demarcação do Sítio em 1520 (fl. 22), do contrato estabelecido entre o vigário e os beneficiados da Pederneira e a Confraria em 1569<sup>12</sup> e de algumas sentenças e escrituras quinhentistas. O *Livro de registos de regimentos [...] surgia assim como uma resposta à preocupação em registar os antigos direitos adquiridos pela instituição, sem esquecer os mais recentes, já que também incluía uma cópia do regimento, dado por Filipe II no ano anterior. Actualmente, o arquivo possui apenas alguns dos originais treslados no dito livro, os quais, juntamente com algumas escrituras quinhentistas, fazem parte da escassa herança documental do século XVI.*

### O Estabelecimento de Registos Obrigatórios

O regimento régio de 1616 especificava, além das funções do adminis-

trador, dos mordomos, do escrivão e dos deputados eleitos anualmente, os livros e os documentos que estes responsáveis da Casa da Senhora deveriam produzir no decurso da sua gestão.

Uma das preocupações da Coroa relacionava-se com a contabilidade da instituição, que o provedor da Comarca de Leiria deveria controlar regularmente. Por isso, o regimento mandava que as esmolas e as rendas se carregassem «em receita, pelo escrivão della, em livro, sobre o mordomo mais antigo, que asignará a dita receita com o... administrador e escrivão»<sup>13</sup>.

O mesmo livro deveria ter um título para as «rendas proprias da Caza», outro para «petitorios ordinarios que se tirão pelo Reino declarando as pessoas que pedem em cada lugar [para as obras da igreja] e em outro titulo se deitarão as mais esmolas ordinarias [...]». Por seu lado, o registo de despesa enunciará «as pessoas que recebem, [...] o que se despende, e sempre será assignada pelo [...] administrador, e mordomos».

O documento de 1616 referia-se ainda à necessidade de controlar o património do Santuário, através dum livro que registasse «os vestidos, ornamentos, prata, cera, e tudo o mais do serviço da Senhora, e da Confraria [...]», e de um tombo dos bens e inventários para o provedor verificar aquando das suas visitas ao Sítio. Além disso, o artigo 17.º esti-

pulava que «todas as escripturas, e papeis tocantes á dita Caza andar[i]ão sempre fechados em hum cofre de trez chaves que estar[i]ão na mão do administrador, e de hum mordomo, e do escrivão».

Embora o actual arquivo histórico da Confraria não albergue senão dois dos livros criados na sequência do regimento<sup>14</sup>, sabemos terem existido, antes de 1618, o livro que «serue de inventario das peças»<sup>15</sup>, bem como alguns de contabilidade. Recordamos que, segundo o P.º Brito Alão, dos livros do cartório, «muitos destes [...] são [...] de receita, & despesa do rendimento das esmolas, & fazenda desta Casa, que os prouedores desta comarca da cidade de Leiria tomão» para verificação de contas. Alguns deles tinham dados anteriores a 1608, pois o P.º Alão possuía certidões dos registos de rendimentos da Casa antes da sua administração, extraídas destes livros<sup>16</sup>.

A Casa de Nossa Senhora procedia ainda a alguns registos relacionados com o culto, aos quais o regimento não fazia qualquer referência. Com efeito, na mesa da Confraria, existiam «huns [livros...] em que se escreuião os que se assentauão por confrades da Confraria desta santa Casa de todas as partes deste Reyno, & nelles estão tambem alguns milagres, & marauilhas que a Senhora obrou nella por meyo desta sua Santa Imagem [...]» e o livro de assento das «mortalhas, & casos

admiraueis que a Senhora obrou per seus deuotos», escrito por Manuel de Brito Alão na presença de testemunhas dos milagres.

Este último, bastante solicitado pelos romeiros, encontrava-se em uso permanente, em «hum almario», próximo da dita mesa e da parede onde as mortalhas eram expostas. A memória do seu conteúdo ficou-nos através dos excertos contidos em duas obras do P.<sup>e</sup> Brito Alão. Os termos eram ali passados provisoriamente, a fim de que o Arcebispo de Lisboa tomasse conhecimento e fossem aprovados canonicamente<sup>17</sup>.

Em 1652, quase toda esta documentação ainda se conservava na Casa. Em «hu escritorio com tres fechaduras e tres chaues [...] o coal escritorio serue de [...] cartorio», poder-se-iam encontrar, «doze liuros de reseita e despeza antigos [...], hu liuro que serue de nele se asentar a conta do trigo, hu liuro dos mamosteiros da Caza [...], liuro dos registos que os porvedores faziam [...], tres liuros de acordos antigos, quatro liuros dos emuentarios [...] velhos, tres liuros dos comfrades, [...] hum liuro dos milagres», entre outros, actualmente desconhecidos. Fora do cartório encontravam-se os livros mais necessários à administração<sup>18</sup>. É o caso do «liuro de reseita que uai corendo ate se acabar para se metere no cartorio», o livro das medidas<sup>19</sup> ou os denominados Tombo Grande e Tombo Pequeno.

### As Reformulações Introduzidas pelo Segundo Regimento

A realização do novo regimento da Casa da Senhora de Nazaré, no início da década de 60, veio reformular alguns aspectos da memória a construir e a conservar no arquivo da instituição<sup>20</sup>. Aparentemente como novidades surgiam o livro de provimentos de reitores, os apontamentos das faltas dos capelães, o livro de legados pios, o livro de abertura das caixas de esmolas em dinheiro, o livro das fogaças, os róis das férias, que tinham que ser entregues pelos mestres de obras ao serviço da Casa e o livro «em que se carregue toda a madeira que se comprar para as obras ou se der de esmola a esta Santa Caza e toda a pregoaria e ferrage [...]». Neste figurariam também «os contratos e avenças que o administrador e mordomos fizerem com os serradores e homens de machado [...], se fará também termo [...] com os carreiros, [...] toda a cal que se comprar ou se mandar fazer [...]» e ainda «tijolo e telha ou outros materiais».

Sabemos pelo inventário mandado fazer pelo desembargador Manuel de Almeida Cabral que, destes livros, era possível encontrar no cartório, logo em 1661, o livro «de pergaminho uelho que serue da receita e despeza da madeira e mais materiais das obras [...], outro livro de pergaminho nouo das ferias dos officiais [...ou o] liuro que serue das fogaças». E no inventário de 1697,

podia-se ainda encontrar o livro «das aberturas de caixas», «hu liuro antigo do mestre das obras» ou o livro dos provimentos de capelas. A maior parte destes registos já não se conservam actualmente no arquivo, sob a forma de livro<sup>21</sup>.

Para alguns assentos já existentes, o segundo regimento preconizava apenas ligeiras adaptações. É o caso do registo de dinheiros que entravam no cofre e do registo de despesas, que se faziam agora com dois cadernos, existentes dentro do dito «cofre [...com trez chaves, huma que terá o mordomo mais velho, outra o escrivão, outra o thezoureiro]», sem se retirarem nunca dele. Aqui, as novas disposições foram também prontamente cumpridas, pois existiam, em 1661, um livro de despesas e um «novo de pergaminho que se rue da receita [...] do cofre e está no dito cofre».

Os livros de despesas é uma das séries mais bem conservadas pela instituição. Manteve-se até aos nossos dias, possuindo apenas uma ligeira lacuna na sua informação, para o período de 1688-1697.

Finalmente, o novo regimento introduzia o uso obrigatório de alguns registos já existentes, mas não especificados no documento de 1616. Era o caso «do caderno em que se carregue sobre o thezoureiro todas as pesas de ouro, prata, e joias que houverem de ir ao cofre». Era igualmente o caso dos livros de mortalhas, que agora deveriam especificar sobretudo «as

vendas que se fizerem dellas»<sup>22</sup>, do livro «de carga da fitaria e vandagem das medidas», do caderno para a cera ofertada, do livro de registo dos provedores «ao tempo que vizitarem esta Caza e tomarem contas», das «escripturas dos afforamentos e emprazamentos», do livro dos registos de «todas as provizoins, alvarás e sentenças [...]» ou ainda dos livros «da carga do trigo». Nestes determinava-se que «em primeiro lugar se carregarão os foros de trigo da Caza que estiverem no tombo, e os mais que houver por escripturas [...] e assim da mesma maneira os foros de dinheiro e azeite [...] e o trigo das esmolas das confrarias». Este cereal seria posteriormente vendido e «o dinheiro procedido delle se meterá logo no cofre e se carregará em receita». Tal como outros, estes livros tinham de ser «numerados e ruplicados pelo provedor da Comarca».

Hoje, mantêm-se no arquivo da Confraria muitos dos livros das tipologias especificadas neste lote, mas apenas para datas mais tardias. Contudo, tal não significa que não tenham sido colocados de imediato a uso. Os livros das medidas, por exemplo, existem apenas a partir de 1674. No entanto, sabemos pelo inventário da Casa de Nossa Senhora que, já em 1661, a instituição possuía um «liuro de pergaminho que cerve de se careguar nelle a fetaria para as medidas e o rendimento dellas» e que vinha na sequência de outro de «compras das fetarias [...] que

começou no ano de [1]646»<sup>23</sup>. No inventário de 1661, apesar de omissos no regimento, surgem ainda os primeiros (?) livros de registo de «ileicois [d]e merdomos e deputados e mais oficiais da Caza» (processadas na forma do artigo 27 do regimento) e os já existentes livros dos «acordãos da meza», que só possuímos desde 1683.

### A Organização do Cartório no Final do Século XVII

Os inventários de manuscritos arquivados e as listas de transmissão de documentos entre os mordomos continuam a apresentar algumas novidades. O já citado inventário de 1697, assinado pelo administrador João Sanches de Baena, apresentava tipologias de livros que já tinham existência antes do regimento de 1661, como sejam o «liuro das comtas do prouedor» ou o de «reseita despesa da sera». Para além destes, surgiam, entre outros, o primeiro ponteiro, registando os nomes de devedores e os pagamentos anuais de juros relativos aos empréstimos monetários contraídos por estes, «hu liuro antigo dos rejistos, regimentos, prouisois desta Casa» (que deve corresponder ao *Livro dos registos de regimentos, provisoens e mais sentenças pertencentes a Confraria de Nossa Snora de Nazareth*, atrás referido), «hu liuro das irmandades de Nosa Senhora», «hu liuro dos priuilegios quando os

trasia a Casa por sua comta privi-  
légios», o «liuro antigo da reseita e  
despesa [...do] que se paga de orde-  
nados na Casa de Nosa Senhora», o  
livro «domde sae a folha para a  
cobramsa dos foros de trigo, aseite e  
terados de casas» dos moradores do  
Sítio, ou ainda o de «uisitas dos  
prouimentos», que continha a prova  
em como os «padres da Igreja da  
Pederneira tem somente o peso da  
sera ate meio arratel [...], após o  
contrato de 1569. Como se com-  
preende, estes últimos eram objecto  
de uma preocupação especial da  
Confraria, na conservação de docu-  
mentos consigo relacionados. Entre  
os papéis que se encontravam no  
cartório, encontravam-se «papeis  
toquamtes [...] ao uisitador e padres  
da vila da Pederneira e hu decreto  
por domde Sua Magestade mamda  
se trelade a suma deles e se ponha  
em hua pedra na samcristia», que jul-  
gamos relacionar-se com um conflito  
ocorrido com o Mosteiro de Alco-  
baça<sup>24</sup>.

Esta parte de documentação  
avulsa do arquivo encontrava-se  
mais próxima da organização temá-  
tica do que da tipológica, apesar de  
se poderem achar, lado a lado, maços  
de escrituras, outros sobre dívidas à  
Casa, «papeis toquamtes ao Casal  
de Nosa Senhora» ou um «maso  
sobre os mamposteiros de captivos».  
Entre estes conjuntos de documentos,  
alguns deles atados, encontravam-se  
também «papeis uagos que se dis-  
não terem prestimo e se não pode

abriguar este diser por não se saber ler». Dificilmente decifráveis e pouco valorizados, estes manuscritos mais antigos, a exemplo de «tres pergaminhos de letra gotiqua que se não emtemde», continuavam integrando a memória (inactiva) da Casa. Por seu turno, próximo do centro de decisões da instituição — a mesa da Confraria — reunia-se «hu maso de papeis que se acharão [...] em huma caixa que tem escrituras e papeis de importamsia». O cartório que guardava toda esta massa documental era composto, em 1697, por «huma escriuaninha com tinteyro [...] huma campainha de metal e hu sinete»<sup>25</sup>.

### O Século da Acumulação da Informação

O século XVIII viria a confirmar a tendência para a acumulação da informação relativa às actividades da Real Casa de Nossa Senhora de Nazaré. A relação de documentos de 1745, ordenada pelo provedor Afonso da Silva, demonstra-nos que a par de livros usados no século anterior, incluem-se os mais recentes, como o livro «por onde se ham de cobrar a renda das logias o qual se rue de ponteiro», série iniciada em 1723, e ainda ao livro iniciado em 1703, onde agora se assentavam «os nomes dos ourives, aziuicheiros e tendeiros que armão fora das logias», também conhecido por livro de ten-

das e/ou terrados. No entanto, esta série parece não se confundir, em termos de registo, com os livros de cobrança dos terrados das casas, cujo ponteiro é colocado ao serviço da instituição, apenas (?) cerca de 1755<sup>26</sup>. Mas entre os ponteiros já existentes na Casa em 1745 contava-se ainda o «liuro nouo dos foros de trigo, azeite» que viria a fazer parceria com o ponteiro de juros e foros a dinheiro. Este substituíu o ponteiro iniciado (?) em 1694. Complementava o seu registo com um «liuro donde se fazem as escrituras» dos empréstimos a juros, provavelmente iniciado em 1736. O inventário de 1745 possuía ainda um título para alguns «liuros maiz antigos que já não seruem».

A relação de documentos da Casa realizada em 1754 continua a permitir-nos constatar a existência duma grande quantidade de registos conservados pela instituição. Esta mantinha no seu espólio bons conjuntos de livros antigos, nomeadamente de receita e despesa, para não falar de outros, como os «seis liuros de confrades velhos»<sup>27</sup>, guardados até hoje. Contudo, o aumento de papel, se não obrigava ainda a uma classificação, forçava a sua ordenação e a construção de instrumentos de recuperação da informação necessária à gestão dos mesários. Nesse sentido, o acréscimo de escrituras de juros e foros, obrigou à organização dos seus treslados, em ordem alfabética, para mais fácil pesquisa do manuscrito

pretendido. E entre as novidades, surgia o «inventario dos bens moveis [...] que tem prensepio em milsetecentos e vinte e quatro», desconhecido actualmente<sup>28</sup>.

O inventário dos livros e papéis entregues ao escrivão Joaquim Patrício de Almeida<sup>29</sup>, após 1780, apresenta já o «livro das capelas do reitor falecido Doutor Manuel de Andrade Tavares», instituídas na década de 1760. E lado a lado com o livro de acordãos estreado em 1778, «outro de registo», onde passaram a vigorar ordens, nomeações, alvarás e provisões, livro de algumas afinidades com o *Livro das ordens régias e regalias da Real Casa*, que D. Tomás de Almeida mandou iniciar, em 1781, na sequência da sua política de renovação dos livros de registo da instituição. Durante a sua administração, o cartório passou para a casa nova da venda das medidas e depósito dos círios, ao lado da igreja<sup>30</sup>. O apogeu da Real Casa no período da administração de D. José Maldonado, nomeadamente com o incontrolável afluxo deromeiros nas festas do Verão, deverá estar na origem do *Livro dos círios que festejam Nossa Senhora de Nazaré em Agosto e Setembro*, iniciado em 1799.

### **Das Invasões às Sucessivas Organizações do Arquivo**

Na história do arquivo do santuário do Sítio, o início do século XIX

ficou marcado pela transferência de documentação para o Palácio de Queluz. Com a segunda invasão dos franceses e consequente retirada das populações para as linhas de defesa de Lisboa, o mordomo P.<sup>e</sup> António Baptista Bello de Carvalho, na ausência do reitor e do administrador, enviou por barco para a Ericeira e depois para Belas, «a parte mais essencial» do cartório da Real Casa<sup>31</sup>. A sua passagem para Queluz veio na sequência da idéia da tresladação da Imagem de Nossa Senhora da Nazaré para a capela do Palácio, em 25 de Março de 1811. Alguns dias depois era realizada a relação dos livros salvos pelo mordomo Bello de Carvalho. Os restantes é provável que tenham sido dispersos no Sítio, a exemplo do que sucedeu com os dinheiros da Casa, distribuídos aos empregados. Em 1812, a 6 de Abril, o novo administrador Gomes Freire solicitava ao Rei que nomeasse um oficial régio para verificação das contas da Casa e realização do inventário dos bens, depois de ter ordenado que os livros e as contas dispersas fossem entregues<sup>32</sup>.

Após a vinda da Sagrada Imagem da Senhora e dos livros mais importantes da sua Casa, de Queluz para o Sítio, em Setembro de 1812, a pedido dos habitantes desta povoação, realizou-se o inventário dos livros que regressaram<sup>33</sup>. A listagem produzida incluía os tombos Grande e Pequeno, os ponteiros de juro e livros das suas escrituras, os mais recen-

tes livros de arrematação de lojas (1768-...), dos terrados (1776-...) (com o respectivo ponteiro), de escrituras de aforamento dos mesmos terrados (1803-...), de cobrança de foros de trigo e azeite (1766-...), de registo da sua receita e despesa (1800-...) bem como os livros para a venda das mortalhas (1803-...), de registo de ordens e regalias da Casa (1781-...) e de registo de sentenças (1744). Entre os ausentes da listagem figuram quase todos os maços, os livros de confrades, acordãos, eleições e sobretudo os livros mais antigos, menos relevantes para a administração imediata dos direitos da Real Casa.

O inventário de 1812, após a reunião de todo o património documental, apresentava 132 livros e cerca de 78 maços<sup>34</sup>. Desses livros, alguns apresentavam as marcas da recente invasão dos franceses, como o inventário dos ornamentos e peças de ouro e prata, de 1754, que possuía folhas «manchadas com tinta e parece, cortada pelo meio, no tempo da invazão». Quanto aos maços, estes apresentavam-se relativamente catalogados, numerados e com a sua primeira grande organização<sup>35</sup>, repartida entre o temático e o tipológico, nem sempre bem definido. Dessa organização, destacamos: provisões régias; determinações dos administradores José Gregório Ribeiro, D. Tomás de Almeida e António Oliveira Gaio (mç. 14); breves e indulgências (mç. 25); licenças para expôr

o S. Sacramento nas festas religiosas; papéis relativos ao vigário e beneficiados da Pederneira (1563-1783) (mç. 5); sentenças contra o Mosteiro de Alcobaça (mçs. 9 e 31); outras sentenças (1637-1778) (mç. 4); escrituras de aforamentos e listas de devedores; escrituras de compras e de empréstimo de dinheiro a juros (mç. 20); títulos de fazendas hipotecadas (mç. 26); execuções dos devedores (mç. 36); papéis do testamento do P.<sup>e</sup> Marques Rebelo à Real Casa (mç. 21); 21 maços de contas desde 1789 a 1809; folhas do pagamento da sementeira do pinhal (mç. 1); maços de contas das medidas desde 1777 a 1803 e papéis considerados «insignificantes», a exemplo dos róis das despesas com ferragem (mçs. 6 e 7).

Esta estruturação dos maços do cartório deve-se ter mantido, pelo menos, até 1840, a julgar pelos acrescentos do inventário de 1812. Em Julho de 1833 o arquivo esteve prestes a ser remetido para Alcobaça, assim como as pratas da Igreja, por ordem de D. Miguel. Em 1834 tomava posse a primeira Comissão administrativa. Pouco tempo depois, o administrador da Casa de Nossa Senhora era nomeado pelo Governador Civil de Leiria (cf. Decreto de 3 de Agosto), a quem a instituição tinha de prestar contas da sua actividade<sup>36</sup>. No inventário de 1840, assinado, entre outros, por José d'Almeida Salazar, verificam-se rearrumações no cartório, constituindo-se séries como a dos autos civéis, orga-

nizada toponimicamente. As modificações devem ter atingido ainda os livros de registo, pois estes foram numerados exteriormente, atendendo às respectivas tipologias e datas de produção<sup>37</sup>.

O Decreto de 18 de Agosto de 1855 apresentava um novo regulamento para a Real Casa de Nossa Senhora da Nazaré. Nele se definia que a instituição tinha como fins o culto de Nossa Senhora de Nazaré, as obras de piedade e beneficência e «o empréstimo de capitais de juro [...] aos piquenos proprietarios». Com uma estrutura administrativa semelhante à anterior, a Casa dependia do Governador Civil, Conselho de Distrito e Governo, em última instância. O artigo 7 do referido regulamento especificava os livros que a instituição deveria possuir. Entre eles figurava «um para tombo [de...] propriedades, joias, moueis; [...] um para a receita e despesa do cofre; [outros para...] contas correntes dos generos, provenientes de rendas, foros e esmolas; [...] contas de devedores por foros e capitaes mutuados; [...] actas das sessões da meza; [...] entrada de todos os papeis; [...] registo da correspondencia expedida [...]e registo especial das esmolas e donativos»<sup>38</sup>. Sobre a utilização deste tipo de registos pela instituição, aconselhamos a consulta da lista final, ainda não definitiva.

O arquivo sofreria em 1875 a sua última grande reestruturação. O inventário desse ano apresenta 126

pastas, cujos conteúdos coincidem sensivelmente com os actuais. Nestas pastas seriam integrados os livros de registo e os novos maços constituídos<sup>39</sup>. A documentação viria a ocupar um espaço que lhe foi reservado na secretaria, após as obras que esta sofreu em 1875-1879<sup>40</sup>. Nessa data, o espólio da Santa Casa da Misericórdia da Pederneira, incluindo o que restava do seu arquivo<sup>41</sup>, passava a integrar o da Real Casa<sup>42</sup>.

\*

Procurámos, deste modo, acessibilizar uma parte do passado do arquivo do santuário do Sítio, um dos mais importantes para o conhecimento da história local e da dinâmica dos locais de devoção popular da sociedade portuguesa de Antigo Regime. Foi nossa preocupação demonstrar que, numa altura em que os pesquisadores necessitam de responder a um grande número de questões sobre os comportamentos religiosos colectivos, nomeadamente sobre o fenómeno das peregrinações marianas, os arquivistas não podem deixar de se preocupar com o tratamento e a disponibilização da documentação existente nos arquivos dos santuários. Particularizámos um dos aspectos desse trabalho arquivístico: a recuperação do processo de construção e organização da memória nestes arquivos, que do nosso ponto de vista não interessa somente aos historiadores. Com efeito, o arquivista não pode ignorar que necessita

de compreender com que objectivos foram criados determinados registos, em que contextos e de que forma se estruturaram para servir esses fins. Não nos restam dúvidas que esse conhecimento do processo de produção e armazenamento documental é extremamente importante para as tarefas de organização, ordenação e classificação dos fundos dos santuários marianos portugueses.

Este artigo baseia-se num estudo realizado em 1990 para o segundo número da revista *Memória*, do ANTT, intitulado «Confraria de Nossa Senhora de Nazaré: Alguns Dados para a História do seu Arquivo». Os trabalhos no referido arquivo, com o patrocínio da Confraria, só foram possíveis graças ao apoio e interesse do Sr. Director dos Serviços Educativos da Fundação Calouste Gulbenkian, Prof. Dr. J. V. Pina Martins e ao incentivo do mestre e amigo Sr. Prof. Dr. Joaquim Veríssimo Serrão, a quem manifestamos o nosso sincero agradecimento.

## Notas

<sup>1</sup> Esta primeira parte do artigo, embora representando a nossa perspectiva sobre a historiografia e os arquivos dos santuários, é produto da reflexão desenvolvida com outros investigadores, dos quais não posso deixar de destacar o dr. António Matos Ferreira, do Centro de Estudos de História Religiosa (UCP).

<sup>2</sup> Fernand BOULARD, «La Religion Populaire dans le Debat de la Pastorale Contemporaine», *Religion Populaire dans l'Occident Chrétien. Approches Historiques*. Paris, 1976, p. 27-49. Jorge Borges de MACEDO, «Religiosidade Popular como Questão Cultural», *Peregrinação e Piedade Popular*. Lisboa, 1988, p. 12. René REMOND, «Le Renouveau de l'Histoire Religieuse», *Préfaces*,

Paris, (19), Jun.-Set., 1990, p. 68-70. Dominique JULIA, «A Religião — História Religiosa», *Fazer História*, Lisboa, 2, 1981, p. 157-191.

<sup>3</sup> Arnaldo CARDOSO (coord.), *Religiosidade Popular e Educação da Fé*. Lisboa, 1987, p. 7. Na parte final da obra pode-se encontrar uma bibliografia temática relativa ao caso português entre os anos de 1961 e 1979. Para datas mais tardias, cf. Carlos Moreira AZEVEDO, «Bibliografia para a História da Igreja em Portugal», *Humanística e Teologia*, Porto, Maio-Ago., 1989, p. 235-256 (com continuação). Sobre o conceito de catolicismo popular, Luís MALDONADO, *Para Compreender el Catolicismo Popular*. Estella, 1990.

<sup>4</sup> *Nossa Senhora de Nazaré. Contribuição para a História de um Santuário Português (1600-1785)*, Lisboa, 1991, v. 1, p. 39-85 (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). Para este artigo baseámo-nos nos dados apurados pelo referido estudo para a apresentação de todas as informações históricas referentes à Confraria da Senhora de Nazaré.

<sup>5</sup> Em 1247, o Bispo de Lisboa dera o padroado da Igreja da Pederneira ao Mosteiro [Pedro BARBOSA, *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central (século XII a 1325)*. Lisboa, 1988, v. 1]. Esta Igreja teve, pelo menos até 1530-36, o privilégio de jurisdição e de arrecadação de algumas esmolmas no Santuário [Pedro PENTEADO, *Quadros da Propriedade Senhorial nos Coutos de Alcobça (1530-1536)*. Lisboa, 1989, trabalho apresentado no Mestrado de História Moderna/FLUL].

<sup>6</sup> Sobre o fraco nível de distinção institucional e onomástico entre a Casa e a Confraria cf. Pedro PENTEADO, *Nossa Senhora de Nazaré...*, v. 1, p. 193-195.

<sup>7</sup> P.º Manuel de Brito ALÃO, *Antiguidade da Sagrada Imagem de Nossa S. de Nazareth*, Lisboa, 1628, fl. 29v. Desta obra retirámos a maior parte das informações sobre o cartório antes da década de 30 do século XVII.

<sup>8</sup> *Monarquia Lusitana*. 2.ª ed., Lisboa, 1690, Parte 2, Livro 7, Cap. 4. A doação, recuperada pelo cronista no cartório do Mosteiro de Alcobça, em 1585 (P.º Mendes BOGA, *D. Fuas Roupinho e o Santuário da Nazaré*. Porto, 1985,

reedição, p. 28) já não se encontrava neste em 1630 (Fr. Manuel de FIGUEIREDO, *Dissertação Histórica - Crítica em que Claramente se Mostram [...] são Apócrifas as Peregrinações da Imagem Milagrosa de N. Senhora [...] Lisboa, 1786, p. 103*). O arquivo da Casa só possuía treslados e a instituição acusava indirectamente o Mosteiro, em 1642, de lhe ocultar «alguns papeis e doações de muita importância», incluindo provavelmente esta (Pedro PENTEADO, *Subsídios para o Estudo do Património da Casa de N.ª Sr.ª da Nazaré (1642-1649)*. Nazaré/Lisboa, 1989, p. 13 (Trabalho apresentado no Mestrado de História Moderna/FLUL. Existe reprodução no arquivo histórico da Confraria de Nossa Senhora da Nazaré, doravante designado por AHCNSN).

<sup>9</sup> Este aparece descrito no inventário dos bens da Casa, iniciado em 1652, como o «liuro pequeno do comprimço», (AHCNSN, Pasta 100, Lv. 2, fl. 52). No mesmo livro, em papel solto, encontra-se a seguinte indicação: «No livro das ileiçoins [...] que se fes no anno de 1726 [...] se hade achar o inventario [...] e nelle se não achara tambem tal comprimisso» (Refere-se ao lv. de eleições da pasta 49).

<sup>10</sup> Trata-se do códice 64 do Arquivo do Duque de Cadaval que consultámos em 1988, por amabilidade do Sr. Duque. É possível que este documento tenha integrado o património da Casa de Cadaval no período em que a administração da Casa da Senhora pertenceu a D. Nuno Álvares Pereira de Mello (de 1718 a 1724). Conhecemos algumas parcelas do seu conteúdo através de estudos do P.º Mário Martins e do prof. Joaquim Veríssimo SERRÃO (cf. *História de Portugal*. Lisboa, s.d., v. 4).

<sup>11</sup> P.º Mário MARTINS, *Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média*. 2.ª ed., Lisboa, 1957, p. 96 (antigo códice 789 da Biblioteca da Casa de Cadaval).

<sup>12</sup> Estes dois últimos documentos, de grande importância para a história do Santuário, encontram-se transcritos em Pedro PENTEADO, *Nossa Senhora de Nazaré [...]*, v. 2, p. 140-141 e 19-23. O contrato de 1569, fora realizado para acabar com «demandas, e diferenças» entre os seus outorgantes, perdendo a Igreja da Pederneira anteriores prerrogativas.

<sup>13</sup> O regimento, que continuaremos a citar, encontra-se transcrito em Pedro Penteado, *Nossa Senhora de Nazaré...*, v. 2, p. 27-31.

<sup>14</sup> Trata-se do Tombo Grande, iniciado em 1632. No inventário de 1875 está anexo à Pasta 51. O segundo é o Tombo Pequeno, iniciado em 1642 (transcrito parcialmente em Pedro PENTEADO, *Nossa Senhora de Nazaré [...]*, v. 2, p. 37-61 e *Subsídios [...]*, p. 23-64).

<sup>15</sup> Pensamos que seja o inventário da autoria do P.º Manuel de Brito Alão, existente no Arquivo do Duque de Cadaval (Cf. Martinho da FONSECA, *Catálogo Resumido da Preciosa Coleção de Manuscritos da Casa de Cadaval*. Lisboa, 1915).

<sup>16</sup> M. B. ALÃO, *Antiguidade [...]*, fls. 21 v.º-22 (ou 19 v.º-20) e 65-65 v.º. Exemplo do conteúdo do livro na fl. 68.

<sup>17</sup> M. B. ALÃO, *Antiguidade [...]*, fls. 21 v.º (em algumas edições, 19 v.º), 22 v.º-23, 36 e 37 v.º. Aquele eclesiástico escreveu posteriormente *Prodigiosas Historias e Miraculosos Sucessos Acontecidos na Casa de Nossa Senhora de Nazareth*. Lisboa, 1637, que se refere ao percurso da primeira obra no fl. 28.

<sup>18</sup> AHCNSN, Pasta 100, Inventário dos bens da Casa, iniciado em 1652, fl. 28 ss..

<sup>19</sup> Medidas eram lembranças manufacturadas com fita e estampilhas, fornecidas aos devotos que entregavam donativos, por ocasião da vinda dos círios.

<sup>20</sup> O segundo regimento e o seu aditamento encontra-se transcritos em Pedro PENTEADO, *Nossa Senhora de Nazaré [...]*, v. 2, p. 69-84.

<sup>21</sup> Não é o caso do Livro de Provitamento de Capelas (1664-1778) (AHCNSN, Pasta 48). Este tipo de registos encontra-se em alguma documentação avulsa, como a das Pastas 37 e 38. O inventário de 1697 pode ser consultado em AHCNSN, Pasta 100, Inventário dos bens da Casa, iniciado em 1652, fl. 140-142.

<sup>22</sup> Sobre a casa das mortalhas, artigo 13 do regimento e sobre a sua arrematação, os artigos 14 e 15. Os primeiros livros que possuímos da série são de 1725.

<sup>23</sup> Este inventário refere-se sobretudo aos livros mais recentes, como é o de «receita athe o anno de 658», omitindo alguns, como o de milagres ou os «doze liuros de reseita e des-

peza» que vinham no inventário de 1652 e que, apesar de não especificados, pensamos ser possível detectar no de 1697.

<sup>24</sup> Pedro PENTEADO, «A Casa de Nossa Senhora da Nazaré face aos Conflitos Jurisdicionais de 1641-1642 [com a Abadia de Alcobça]». In: *Encontro sobre a Restauração e a sua Época*, Lisboa, 1990, ponto 8.

<sup>25</sup> Sobre este espólio do cartório, cf. ainda AHCNSN, Pasta 49, Livro de registo de eleições (inventário dos mordomos Francisco Duarte e Francisco de Abreu) e Pasta 100, Inventário dos livros e papéis da Casa relativo aos anos de 1745, 1754 e post. 1780, fl. 108.

<sup>26</sup> Sobre as lojas e o comércio no Santuário, Pedro PENTEADO, *Nossa Senhora de Nazaré [...]*, v. 1, p. 162-165. Sobre o registo relacionado com lojas, há ainda a considerar os livros da sua arrematação (cf. lista final). Em 1745 já existia o «liuro nouo que ha de seruir pera... se cobrarem os terrados que serue de ponteiro». Com esta série correlaciona-se a de escrituras de terrados, iniciada em 1782.

<sup>27</sup> No século XVIII, os registos de confrades não incluíam milagres. «Huma das obrigações dos Reitores da Real Casa [...era] obrar junto ao Bofete, que está na Igreja, os annuaes dos Confrades, pondo-lhe paga no livro competente» (Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, (dormente, AN/TT), Ministério do Reino, Casa da Nazaré, Pasta 276, carta de D. Tomás de Almeida a D. Maria I de 5/1/1785).

<sup>28</sup> Nesta altura existia já o livro que registava a sentença contra o vigário e beneficiados da Pederneira e contra as visitas do Ordinário, na sequência do conflito de 1743-44 e o livro da despesa com a construção da muralha, realizada para proteger o Sítio das invasões de areias (AHCNSN, Pasta 115, manuscrito de José de Almeida SALAZAR, *Memórias da Real Casa de N. Senhora da Nazareth*, v. 1, p. 181-194).

<sup>29</sup> J. A. SALAZAR, *op. cit.*, v. 2, p. 123 e v. 1, p. 362 (para genealogia do escrivão). Patrício de Almeida, do Sítio, foi o primeiro escrivão vitalício que a Casa teve, nomeado por D. Tomás de Almeida. Esteve na origem da organização do cartório que vigorou até 1840. Estudou em Lisboa no Colégio dos Padres da Companhia

de Jesus e frequentou os estudos da Universidade de Coimbra, onde tencionava formar-se em Leis. Faleceu já depois dos 88 anos, durante as invasões francesas. Era avô de José de Almeida Salazar. Sobre os escrivães anteriores, cf. Pedro PENTEADO, *Nossa Senhora de Nazaré [...]*, v. 1, p. 246-250.

<sup>30</sup> Cf. o nosso trabalho «O Santuário de N.ª Sr.ª da Nazaré sob a Administração de D. Tomás de Almeida (1781-86) — Alguns Dados para o seu Estudo», *Portugal no Século XVIII-de D. João V à Revolução Francesa*. Lisboa, 1991, p. 213-219 (Publicado parcialmente com outro título em *História*, Lisboa, (142), Jul. 1991, p. 51-59).

<sup>31</sup> Sobre os acontecimentos desta época, J. A. SALAZAR, *op. cit.*, v. 2, p.144 ; Bento José MACHADO, *O Novo Romeiro da Nazaré*. Lisboa, 1815 e AN/TT, Ministério do Reino, Casa da Nazaré, Pasta 276, anexo 1 do documento de 6/3/1811.

<sup>32</sup> *Ibidem*, anexo de 28/5/1811 e, entre outros, portaria de 23/3/1812.

<sup>33</sup> *Ibidem*, para o requerimento dos habitantes do Sítio; AHCNSN, Pasta 100, maço de documentos avulsos contendo «Liuros que vierão de Queluz».

<sup>34</sup> AHCNSN, Pasta 100, Lv. inventário de bens móveis depois da invasão francesa (1809-1840), fl. 12-45.

<sup>35</sup> A maior parte da documentação avulsa mantém hoje a numeração dada no inventário referido, embora se encontre dispersa por diferentes pastas e numa ordem confusa. Estamos a tentar recuperar o seu primitivo enquadramento arquivístico através de bases de dados informatizadas.

<sup>36</sup> J. A. SALAZAR, *op. cit.*, v. 2, p. 212, 293, 313 e 628. A documentação enviada para o Governo Civil de Leiria encontra-se na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Leiria, Secção de Administração Regional e Local, caixas 38, 61, 75 e 85 (em reorganização, em 1989). Compõe-se de orçamentos, ofícios, correspondência, balancetes, regulamentos do culto e do hospital, etc. Anteriormente a Casa de Nossa Senhora dependeu do Desembargo do Paço e da Secretaria de Estado dos Negócios do

Reino, para onde enviava documentação por si produzida.

<sup>37</sup> Ainda mantém estas numerações uma boa parte dos livros de escrituras ou de despesas. Após 1875 perderam o seu sentido original.

<sup>38</sup> AHCNSN, Livro das Ordens Régias e Regalias da Real Casa, fl. 42-48 v.º. O regulamento refere-se ainda, indirectamente, a outros tipos de documentos, como orçamentos, listas eleitorais, escrituras, mapas do estado do cofre, etc.

<sup>39</sup> As 3 últimas pastas seriam renumeradas e alterado o seu conteúdo, cerca de 1877-1878. Nesta data já existia no arquivo um livro de registo da Câmara de Salir de Matos (1766-1791) e a série de sentenças ordenada cronologicamente de 1680 a 1862, nas Pastas 1-27 e constituída entre 1840 e 1875.

<sup>40</sup> Existe desenho pormenorizado na documentação descrita na nota 34. O arquivo manteve-se nesse local, vindo da anterior secretaria/

casa das medidas (J. A. SALAZAR, *op. cit.*, v. 2, p. 294), até 1989.

<sup>41</sup> Parte da documentação encontra-se no arquivo da Misericórdia de Alcobaça, sob tratamento, pelo Instituto Rainha D. Leonor. Foi para ali transferida na sequência da provisão régia de D. José I, de 15 de Julho de 1775 (Francisco Zagalo, *História da Misericórdia de Alcobaça*, s.l., 1910, 1.ª parte, p. 196). Na visita que efectuámos aos seus depósitos em 20/2/1988 constatámos existir, pelo menos, um livro de assento de irmãos e documentação referente a juro e a foros.

<sup>42</sup> Desde 1871 que «os irmãos da Misericórdia da Pederneira pediram que os seus bens fossem entregues à Real Casa» (J. Verissimo SERRÃO, *História de Portugal*. Lisboa, 1986, v. 9, p. 318). Para a história desta instituição, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, F. G. 1491, Fr. Manuel de FIGUEIREDO, *História Corográfica da Comarca de Alcobaça (1781)*, fls. 228-239 e J. A. SALAZAR, *op. cit.*, v. 2, cap. 38.

LIVROS DE REGISTO / LISTA CRONOLÓGICA (PROVISÓRIA)  
CASA DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ

LIVROS	DESCRIÇÃO	DATAS
1	REGIMENTOS E OUTROS	1632-...
1	TOMBO DE BENS, PROPRIEDADES E FOROS	1642-...
5	INVENTÁRIO PRATA, OURO, ORNAMENTOS E LIVROS	1652-1840
19	DESPESA	1661-1855
1	ELEIÇÕES	1661-1784
1	PROVIMENTO DE CAPELAS	1664-1778
1	RECEITA E DESPESA ANUAL/PROVIMENTOS	1665-1802
4	RECEITA E DESPESA DE TRIGO, MILHO E AZEITE (DE FOROS E ESMOLAS)	1679-1922
6	MEDIDAS, MEDALHAS E ESTAMPAS	1679-1859
3	ACORDÃOS	1683-1847
18	RECEITA	1694-1825
4	PONTEIRO DE JUROS PAGOS EM DINHEIRO	1694-1765
3	PONTEIRO DE «TERRADOS»	1703-1840
1	ENTRADA E SAÍDA DO COFRE GERAL	1710-1816
13	CONFRADES	1716-1888
2	LOJAS (COBRANÇA)	1723-1816
6	MORTALHAS (ARREMATAÇÃO)	1725-1859
10	LOJAS (ARREMATAÇÃO/ARRENDAMENTO)	1732-1828
3	PONTEIRO DE FOROS (TRIGO, AZEITE E DINHEIRO)	1735-1857
11	ESCRITURAS DE EMPRÉSTIMO A JUROS	1736-1837
1	SENTENÇAS	1744-1760
1	DESPESA (MURALHA)	1748-1751
2	CAPELA DE DOMINGOS RODRIGUES	ANT.1754-1834
6	TERRADOS (COBRANÇA)	1755-1849
1	LICENÇAS PEDITÓRIO OBRAS IGREJA	1759-1760
2	CAPELA DO REITOR TAVARES	1762-1834
2	PENSÕES E ORDENADOS PAGOS PELA REAL CASA	1765-1861
11	PONTEIRO JUROS E FOROS A DINHEIRO	1766-CA.1874
2	ORDENS, NOMEAÇÕES, ALVARÁS, PROVISÕES, ETC	1779-POST.1911
3	ESCRITURAS DE AFORAMENTO DE «TERRADOS»	1782-1833
3	PONTEIRO DE PRAZOS	1784-CA.1854
1	DESPESA DOS OFICIAIS	1798-1799
1	CÍRIOS	1799-1908
1	CAPELAS DOS CONFRADES	1813-1832
2	OFERTA E VENDA DE OURO, PRATA E ESPÉCIES À REAL CASA; COMPRA DE CERA	1813-1922
3	CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA	1854-1886
20	RECEITA E DESPESA DIÁRIA	1855-1876
2	AUTOS E TERMOS	1858-1872
3	ACTAS DAS SESSÕES	1859-1890
4	LIVRO CAIXA DE RECEITA E DESPESA	1859-1878
3	INDEX ALFABÉTICO DE DEVEDORES DE JUROS E FOROS	1860-CA.1883
6	CONTAS CORRENTES COM MUTUÁRIOS E FOREIROS	1860-1875
2	CAPITAIS MUTUADOS	1874-1901
1	INSCRIÇÃO DA JUNTA DO CRÉDITO PÚBLICO	1875-1877